

# AMS informa



## **Comercialização de crédito de carbono**

Brasil foi pioneiro no mercado, mas não está mais na liderança

Confira nas páginas 4 e 5

## editorial

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) tem sido muito focado pela mídia, mas as opiniões sobre sua eficácia e enfoque ainda são muito diversas. Será que o PAC aborda as soluções ou caminhos para que o Brasil possa realmente crescer? Nesta edição do AMS Informa você conhecerá a visão crítica que um jornalista especialista em meio ambiente tem sobre o Plano e também saberá a opinião de um representante do setor produtivo sobre o que ele acredita ter faltado na pauta do governo quando da criação do PAC.

Nesta mesma edição, você conhecerá um pouco mais sobre a comercialização de crédito de carbono, além de acompanhar como anda a aprovação de projetos no Brasil e no mundo. Vai saber ainda porque o país tem perdido a liderança no *ranking* de projetos aprovados para a negociação.

Outro assunto importante desta edição é a terceirização do trabalho nas empresas. Em entrevista ao AMS Informa, o deputado federal Sandro Mabel fala sobre o Projeto de Lei que ele elaborou sobre a terceirização do trabalho e como anda a tramitação da proposição no Congresso.

A neutralização das emissões de CO<sub>2</sub> e a divulgação da segunda parte do relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) também não ficaram de fora da revista que traz ainda informações sobre a Rede de Apoio Mútuo, criada para discutir os problemas do setor produtivo.

Tenham todos uma boa leitura!

**Germano Aguiar Vieira**  
Presidente da AMS

# Parceria para recuperar a Bacia do Rio Doce

**P**ara recuperar a Bacia do Rio Doce, no estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, formalizou em fevereiro um grupo de trabalho encarregado de elaborar um plano de ação que incluísse projetos de desenvolvimento sustentável, com foco na vocação regional, visando à geração de emprego e renda para a população da região.

Dentro do escopo do plano, que prevê ações integradas dos governos dos dois estados em parceria com a iniciativa privada, a AMS foi convidada para a primeira reunião do grupo que discute formas de financiamento para o “Projeto Bacia do Rio Doce Sustentável – Construindo uma economia florestal de baixo carbono”.

Realizada na primeira semana de março na sede do Banco de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – BDMG e coordenada pelo secretário executivo do Instituto Bioatlântica, André Guimarães, a reunião teve a presença de representantes do Banco do Brasil, Banco de

Desenvolvimento do Espírito Santo – BANDES, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas – Abraf e Associação das Siderúrgicas para o Fomento Florestal – Asiflor.

Durante a reunião, foi ressaltado que a Bacia do Rio Doce constitui uma das bacias hidrográficas mais degradadas do Sudeste brasileiro e isso implica a necessidade de um esforço adicional, tanto na esfera de governo, quanto em relação ao que pode ser feito pela iniciativa privada para iniciar um programa amplo de recuperação hidroambiental da bacia, com foco no desenvolvimento sustentável.

Além disso, André Guimarães lembrou que existe uma grande quantidade de terras subutilizadas e degradadas no Vale do Rio Doce que precisam ser recuperadas e a atividade florestal se revela como a mais recomendável para o aproveitamento econômico e ecológico dessa região.

## expediente

### AMS - Associação Mineira de Silvicultura

Rua Paraíba 1.352/ sala 1305 - Funcionários

Tel.: (31) 3282-8811

Fax: (31) 3284-8505

#### Presidente

Germano Aguiar Vieira

#### Vice-Presidente

Bernardo de Vasconcellos Moreira

#### Diretores

Afonso Henrique de Paiva Paulino

Luiz Ângelo Coelho

Lycurgo R. Farani

Paulo Sadi Silochi

#### Secretário Executivo

Fernando Pinheiro Moreira

#### Gerente Administrativo

Dárcio Calais

#### Publicação

Press Comunicação Empresarial

Tel.: (31) 3292-5335

#### Jornalista Responsável

Daniela Oliveira - MG 10787 JP

#### Diagramação

Dalber Oliveira

#### Projeto Gráfico

Press Comunicação Empresarial

# Uma visão crítica sobre o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)



Investimentos em infra-estrutura (em R\$)  
de 2007 a 2010

Logística  
58,3 bi

Total  
503,9 bi

Energética  
274,8 bi

Social e Urbana  
170,8 bi

Lançado pelo governo federal em janeiro, o PAC é um conjunto de medidas que prevê R\$ 503,9 bilhões em investimentos na infra-estrutura de todas as regiões do país. As ações do programa serão implementadas de 2007 a 2010 e o objetivo do governo federal é gerar mais emprego e renda, desonerar e incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público e aperfeiçoar a política fiscal.

Mas será que o plano é abrangente e envolve toda a economia brasileira? Ou pode ser considerado uma manobra política? As opiniões sobre o enfoque dado pelo governo na elaboração do PAC são as mais diversas. Leia abaixo o que tem a dizer o vice-presidente da AMS, Bernardo de Vasconcellos Moreira (1), e o colunista do site [www.oeco.com.br](http://www.oeco.com.br) e comentarista do programa Ecológica da rádio CBN, Sérgio Abranches (2), respectivamente.

## Máquina administrativa inflada (1)

“Não há dúvidas de que o país precisa de um plano de desenvolvimento, uma vez que o Brasil está perdendo um momento mundial de crescimento (como se assiste na China, Índia e outros). Porém, o governo não dispõe de quantidade infindável de recursos. Pelo contrário, são escassos. O Brasil hoje, em que pese a maciça arrecadação, gasta mal e demanda uma quantidade exagerada de recursos para se manter. Por outro lado, estamos com uma situação caótica de infra-estrutura, sobretudo energia e transporte. É necessário investir na matriz energética principalmente em geração e distribuição e nos trans-

portes ferroviários e rodoviários. Precisamos adequar a nossa rede ferroviária aos padrões internacionais (bitola por exemplo), recuperá-la e expandi-la tirando a pressão hoje excessiva sobre as estradas, que demandam também de intervenção imediata, observando ainda, as potencialidades muito pouco exploradas de transporte fluvial e a necessidade de incremento em nossos portos.

Outro ponto importante é a política de produção. É temeroso continuar apoiando nossa economia em escoamento de recursos naturais *in natura*. É imperioso buscar agregar valor possibilitando a implantação de capacidade instalada suficiente para que esses recursos sejam aproveitados aqui e os empregos sejam gerados no Brasil e não na China, como tem acontecido.

Defendo a tese do Estado mínimo, e não tenho dúvida de que o crescimento só virá com corte de gastos e aplicação séria e eficaz dos recursos arrecadados.”

## Obras de empreitada (2)

“O Plano não tem consistência. Suas equações fecham porque todos os parâmetros são determinados pelos devaneios do governo. A consistência fiscal é assim: o governo vai abrir mão de receita, gastar mais e diminuir o déficit porque a economia vai obedecer à sua vontade e crescer 5% ao

ano. Os juros vão cair e vai sobrar dinheiro para investir. Aí a arrecadação cresce, o governo paga as novas contas e tapa o buraco das receitas a que renunciou e tudo dá certo porque o governo determinou por medida provisória que teria que dar certo. O desejo vira previsão. Não vai ser assim no país real.

Plano não é isso que o PAC é. Pelo menos não é isso um plano na época que vivemos. Plano inteligente calcula os custos totais das ações – econômico-financeiros, sociais e ambientais – para ver se elas têm mesmo benefício líquido. Examina interações estratégicas, no tempo e no espaço, para maximizar objetivos de qualidade. O PAC quer maximizar crescimento quantitativo, independentemente de seu conteúdo, de sua qualidade, de seus retornos em qualidade de vida. É basicamente uma soma de orçamentos escritos com os olhos firmemente fixados no retrovisor. Não é um sonho, nem visa o futuro. Faz crescer, se fizer, para trás.”

Leia artigo do jornalista: “O Tuíste do Crescimento” no site [www.oeco.com.br](http://www.oeco.com.br)

# Crédito de carbono – sem liderança, mas dentro do mercado

○ Brasil foi o primeiro país a aprovar um projeto no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), uma alternativa criada pelo Protocolo de Quioto que prevê ações para a contenção das emissões dos gases causadores do efeito estufa. Apesar disso, vem perdendo posições no *ranking* internacional do mercado de créditos de carbono. Países como China e Índia já superam o país em número de projetos aprovados. Os dados são do Banco Mundial (Bird) e foram divulgados no seminário internacional "Mercado de Reduções de Emissões", promovido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em março.

O Brasil tem 88 projetos registrados e 118 aprovados na Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas. A Índia tem 169 projetos registrados. No ano passado, o mercado mundial de créditos de carbono movimentou cerca de 3 bilhões de dólares e há expectativas de que esses valores subam muito.

## Número de projetos

| País   | Registrados na ONU | Aprovados pelo governo do país, à espera da chancela da ONU |
|--------|--------------------|---|
| Índia  | 169                | 513   |
| China  | 39                 | 323   |
| México | 74                 | 150   |
| Brasil | 88                 | 118   |

## Volume de créditos gerados (1)

|        |       |
|--------|-------|
| Índia  | 41,0% |
| China  | 13,9% |
| México | 13,9% |
| Brasil | 5,1%  |
| Outros | 26,0% |

(1) Dos projetos já em andamento e aprovados pela ONU  
Fonte: International Emissions Trading Association



Uma das razões pelas quais o Brasil perdeu a liderança na comercialização é a burocracia do governo para cancelar os projetos cadastrados que, após essa etapa precisam ser aprovados pelo MDL.

Segundo levantamento da Associação Internacional de Comércio de Emissões (IETA), o país tem o prazo mais lento entre os emergentes analisados. Enquanto um empreendimento no México leva em média 45 dias para obter a aprovação, no Brasil o prazo vai de dois a seis meses.

Não há dúvidas sobre as razões pelas quais indianos e chineses se tornaram os líderes mundiais de crédito de carbono, uma vez que as economias dos dois países crescem a taxas espantosas e suas matrizes energéticas são baseadas em carvão mineral. O que quer dizer que o potencial de redução de emissões de gases de efeito estufa nesses dois países é infinitamente maior do que o do Brasil, que consome energia hidrelétrica, essencialmente limpa.

#### Aprovação de projetos

Segundo o secretário executivo do Fórum Mineiro de Mudanças Climáticas Globais, Milton Nogueira, a ONU exige dois tipos de carimbo para registrar um projeto de redução de emissões. Um deles é do próprio país. O outro é de empresas de auditoria, que garantem que a proposta atende a todos os critérios estabelecidos no Protocolo de Quioto. A comissão de mudança de clima, ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, somente aceita analisar os projetos depois de concluída a auditoria.



## Associadas no comércio de carbono

*Entre as associadas da AMS, algumas já têm projetos aprovados e outras já comercializaram créditos*

- Em 2006, foram aprovadas pelo Conselho Executivo do MDL duas metodologias elaboradas pela Plantar: metodologia de carbonização e metodologia florestal. A aprovação da metodologia de carbonização torna viável a utilização, em todo o setor, de práticas de melhoria no processo de carbonização da madeira, o que garantirá maior produtividade e grande redução de emissões de gás metano (CH<sub>4</sub>). Na metodologia florestal, o que se prevê é a remoção de CO<sub>2</sub> da atmosfera por meio de reflorestamento e o estoque do carbono na biomassa.
- A Suzano Papel e Celulose vendeu 20 mil toneladas de crédito de carbono na Chicago Climate Exchange (CCX), em pregão online, no final de fevereiro. Foi a primeira venda da companhia neste mercado. Até 2010, a Suzano terá cerca de 3 milhões de toneladas de carbono capturadas por suas florestas de eucalipto na forma de créditos para a venda neste mercado.
- A Rima foi a primeira empresa do setor metalúrgico no Brasil a ter um projeto aprovado pela divisão da ONU que cuida do Protocolo de Quioto (UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change). O projeto, denominado “Troca de combustíveis da Rima em Bocaiúva” reduzirá as emissões de dióxido de carbono em 28.000 toneladas anuais. Este número equivale a plantar e cuidar de mais de 250.000 árvores por ano durante seis anos.

# Terceirização – redução de custos e flexibilização de regras

*Em entrevista ao AMS Informa, o deputado federal Sandro Mabel (PL-GO), fala sobre o Projeto de Lei de sua autoria que dispõe sobre a regulamentação do trabalho terceirizado*

A terceirização de serviços é uma prática comum e eficiente em várias atividades da economia nacional e, com o objetivo de regulamentar os contratos de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 4.330/04, de autoria do deputado federal Sandro Mabel.

Pela proposta, que está na Comissão de Trabalho, os funcionários não poderão ser utilizados pela empresa para executar serviços que não estejam especificados no contrato firmado com a prestadora. No entanto, são permitidas sucessivas contratações por diferentes prestadoras de serviços, desde que a empresa contratante seja a mesma. Além disso, o vínculo dos funcionários terceirizados ficará restrito à prestadora de serviço, mas a empresa contratante também será co-responsável por eventuais despesas trabalhistas.

Dentro do processo de aperfeiçoamento, esse PL recebeu várias emendas para atender aos interesses do setor produtivo sem ferir a legislação trabalhista.

**Sabemos que a terceirização é um sistema moderno de administração. Que vantagens o senhor vê neste sistema?**

Na realidade em que vivemos hoje é importante discutir a terceirização do trabalho. O mundo está evoluindo para terceirizar várias etapas do processo produtivo e também na área dos serviços, a isto se chama procurar pessoas melhor especializadas em determinada operação, a isto se chama a procura do “melhor preço” e não do “menor preço”. A terceirização deve ser apoiada no melhor serviço e em mão-de-obra especializada.

**Por que motivo o senhor decidiu apresentar o Projeto de Lei?**

É necessário que as relações de trabalho entre empregadores e empregados sejam as mais sólidas possíveis. Já passou da hora de regulamentar esta matéria, uma vez que estamos perdendo em competitividade e geração de empregos, pois não há uma regulamentação do trabalho terceirizado no Brasil.

**Quais setores o senhor levou em conta para elaborar o projeto?**

Consultei e pesquisei diversas empresas e instituições como Confederação Nacional das Indústrias – CNI, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, Rede Globo, Rede Bandeirantes, dezenas de sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais, além do Ministério do Trabalho.

**O setor de base florestal tem muito interesse na aprovação desse projeto. Quais são as chances de ele ser aprovado como o senhor deseja?**

Montamos recentemente na Comissão do Trabalho, da Câmara dos Deputados, uma Subcomissão que irá tratar da terceirização. Nesta subcomissão, da qual participarão todos os partidos, iremos chegar a uma proposta que atenda, talvez não a plenitude dos nossos desejos, porém, permita começarmos a caminhar com uma boa regulamentação da terceirização.

“O mundo está evoluindo para terceirizar várias etapas do processo produtivo e também na área dos serviços, a isto se chama procura do ‘melhor preço’ e não do ‘menor preço’.”

**Como está o andamento do projeto na Câmara Federal?**

Atualmente, está na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, sob relatoria do Deputado Pedro Henry. Constituímos uma Subcomissão permanente na Comissão de Trabalho, através de requerimento de minha autoria, para debatermos e discutirmos o assunto por meio de audiências públicas.

Mais informações sobre o Projeto de Lei podem ser obtidas pelo site [www.sandromabel.com.br](http://www.sandromabel.com.br)



Arquivo pessoal

## Apoio para crescer juntas

*Entidades de classe do setor florestal formam grupo em busca do desenvolvimento do setor*

Criada em setembro do ano passado, a Rede de Apoio Mútuo entre as entidades de classe do setor de base florestal é mais um passo que o setor produtivo dá em busca da construção de um conceito positivo sobre o setor, além de estimular o conhecimento da população a respeito das florestas plantadas e toda a cadeia que compõe o segmento de base florestal.

“A consolidação deste grupo de trabalho é fundamental para mostrar à opinião pública brasileira a imagem real do setor florestal, além de fortalecer a proximidade entre as diversas entidades integrantes da Rede”, ressalta o secretário executivo da AMS, Fernando Pinheiro.

Nas três reuniões já realizadas, uma em Belo Horizonte, uma em Brasília e outra em São Paulo, foram discutidos os principais problemas enfrentados pelas entidades em seus estados e um breve panorama do cenário político nacional foi exposto pelo jornalista e diretor da CDN – Companhia de Notícias, Inácio Muzzi. Ele destacou que o governo não acredita na reforma tributária por envolver grandes interesses dos estados e não acredita na reforma trabalhista pela veemente oposição dos sindicatos. Inácio ressaltou que a tolerância com as invasões de terras ainda vai continuar, haverá um crescimento das discussões em torno das questões ambientais e o governo vai respeitar as normas ambientais vigentes, o que significa morosidade nas obras de infra-estrutura. Além disso, dificilmente o país atingirá o desejável crescimento econômico de 5% ao ano.

Diante do cenário e das exposições, o jornalista opinou que a aceitação da silvicultura sistematizada pela sociedade como um todo, vai depender da divulgação correta dos inúmeros benefícios por ela proporcionados, pois mesmo entre profissionais do setor, há muitos que são contrários às florestas homogêneas.

### Entidades de Classe que compõem a Rede de Apoio Mútuo

- Abaf - Associação de Produtores de Florestas Plantadas do Estado da Bahia
- ABPED - Associação Brasileira de Produtores de Eucalipto para Uso Doméstico
- ABIMCI - Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente
- Abimóvel - Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário
- Abipa - Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira
- ABPM - Associação Brasileira de Preservadores de Madeira
- ABPMEX - Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Madeira
- Abraf – Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas
- Abrafe - Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício
- Abrasflor - Associação Brasileira dos Prestadores de Serviços Florestais
- ABTCP - Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel
- ACR - Associação Catarinense de Empresas Florestais
- Ageflor - Associação Gaúcha de Empresas Florestais
- AMS – Associação Mineira de Silvicultura
- Apree - Associação Paranaense de Empresas Florestais
- Asica - Associação das Siderúrgicas de Carajás
- Asiflor - Associação das Siderúrgicas para o Fomento Florestal
- Bracelpa - Associação Nacional dos Fabricantes de Celulose e Papel
- Florestar São Paulo
- FNABF – Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal
- IBS – Instituto Brasileiro de Siderurgia
- Instituto Cenibra
- Reflore - Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas
- SBS – Sociedade Brasileira de Silvicultura
- Sindifer - Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais
- Sindimov - Sindicato da Indústria do Mobiliário



Estrada Rodrigues Caldas, 2191A  
Jacarepaguá • CEP 22713-374  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
(21) 2446 5644 • fax 2446 5768  
mecprec@mecprec.com.br



Rodovia PR 160 s/n Km 15  
Distrito Industrial • CEP 84260-000  
Telêmaco Borba • Paraná  
tel/fax: (42) 3273 2914  
woifflabin@mecprec.com.br  
caixa postal: 2058 CEP 84261-990



A MECPREC é certificada pelo FSC (Conselho de Manejo Florestal), o que garante que a madeira presente nos seus produtos certificados provém de florestas manejadas segundo rigorosos padrões ambientais, sociais e econômicos.

SW-COC-1075  
© 1996 Forest Stewardship Council A.C.



SMARTWOOD  
Certified Forestry

MECPREC

# O aquecimento global e a neutralização de emissões de CO<sub>2</sub> como uma das alternativas de mitigação de seus efeitos

**D**ivulgado no início de abril, o segundo relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), relata os principais impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais e humanos, sua vulnerabilidade e capacidade de adaptação. Baseado em estudos e acompanhamento de dados desde o ano de 1970, foi feita uma comparação entre as mudanças climáticas já observadas e as recentes alterações nos ecossistemas humanos e naturais.

Para o consultor em sustentabilidade empresarial e desenvolvimento sustentável, Fabio Feldmann, a divulgação feita pela mídia, que ressalta os impactos que são ou serão marcantes nos próximos anos, tem papel importante na disseminação das informações e na conscientização da população sobre o tema. No entanto, destaca que, diante do cenário preocupante em que se encontra a questão das mudanças climáticas, os estudos ainda são poucos frente às consequências que precisam ser conhecidas.

## Neutralização

A partir da Revolução Industrial, houve um grande crescimento na emissão de gases causadores do efeito estufa devido à queima de combustíveis fósseis em processos industriais. Os países industrializados tornaram-se grandes emissores e a indústria, forte fator no problema das mudanças climáticas.

Dentro do segmento industrial, a atividade siderúrgica é a que emite a maior quantidade de CO<sub>2</sub>. Segundo dados do “Primeiro Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa – 2006”, as emissões para produção de ferro-gusa e aço

representaram, em 1994, 51%, de todo o setor em questão.

Para Feldmann, é de extrema importância que se faça um levantamento e reavaliação dos processos produtivos das empresas, e, com base num levantamento estatístico das emissões, se adote um plano de gestão ambiental que vise à redução nas emissões. “O passo inicial estaria na eficiência energética, que, através de melhorias no processo e utilização de matérias-primas recicladas, torna-se importante no processo de melhoria industrial. Esses processos, chamados de mitigação, consistem em reduzir as fontes de emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa e têm sido amplamente adotados pelo setor produtivo”, ressalta.

Segundo o consultor, neutralizar emissões de CO<sub>2</sub> é um elemento do grande pacote de medidas mitigadoras dos efeitos do aquecimento global. “Hoje em dia tornou-se comum entre bancos, seguradoras e empresas privadas neutralizar suas emissões através de parcerias com instituições e ONGs que fazem o plantio de árvores em regiões de mata ciliar. Entre outros caminhos, a solução reside também na produção de bens e na oferta de serviços com quantidade de emissões baixa ou nula, além de uma mudança no modelo atual de consumo”, explica.

O conceito de desenvolvimento sustentável, definido como aquele que leva em conta o equilíbrio ecológico e a preservação da qualidade de vida das populações atuais e futuras, implicando na gestão racional e equilibrada dos recursos, tem sido amplamente adotado e colocado em pauta nas discussões da maioria das grandes indústrias dos diversos setores produtivos no Brasil e no mundo.